

Inclusão e Educação 4

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-032-2

DOI 10.22533/at.ed.322191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu volume IV, apresenta em 24 capítulos, os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual, mental da Educação Inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, nos estudos e pesquisas sobre as dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais de conduta na sala de aula, no atendimento educacional especializado e na subjetividade do professor e do estudante na relação com as dificuldades de aprendizagem escolar. Esses são alguns dos desafios à inclusão que visam o aumento benéfico, produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume IV é dedicado ao público de pessoas que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Instituições de Ensino ao atendimento educacional especializado.

Este volume, apresenta artigos que abordam as experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica às séries mais avançadas como a metodologia do ensino da matemática III como espaço de discutir educação matemática inclusiva, também, artigos que traçam a Educação e ensino na sociedade da informação e da comunicação, as contradições no discurso de inclusão e exclusão vigentes na sociedade brasileira e alguns artigos que apresentam didáticas para a confecção de brinquedos pedagógicos.

Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucesso mesmo com os desafios encontrados, a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições do discurso, didática e ensino à quem ensina, aos alunos especiais na transação da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA III COMO ESPAÇO DE DISCUTIR EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>José Jefferson da Silva</i> <i>Tânia Maria Goretti Donato Bazante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915011	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Ana Carolina Brandão Verissimo</i> <i>Andréia Mendes dos Santos</i> <i>Fábio Soares da Costa</i> <i>Renata Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915012	
CAPÍTULO 3	23
A INCLUSÃO NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Eloyse Emmanuelle Rocha Braz Benjamim</i> <i>José Rogério Silva da Costa</i> <i>José Jefferson Gomes Eufrásio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915013	
CAPÍTULO 4	34
CAMINHOS PARA INCLUSÃO: SABERES, EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915014	
CAPÍTULO 5	45
A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR E DO ESTUDANTE NA RELAÇÃO COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR: DESAFIOS À INCLUSÃO	
<i>Telma Silva Santana Lopes</i> <i>Maristela Rossato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915015	
CAPÍTULO 6	57
AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Giuza Ferreira da Costa Victório</i> <i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i> <i>Francimar Batista Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3221915016	
CAPÍTULO 7	65
CONFECÇÃO DE BRINQUEDO PEDAGÓGICO COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE CABEDELO	
<i>Juçara dos Santos Ferreira Dias</i> <i>Adriana Travassos Duarte Jácome</i> <i>Rachel de Oliveira Queiroz Silva</i>	

Mellyne Palmeira Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.3221915017

CAPÍTULO 8 77

EDUCAÇÃO E ENSINO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Izabel Cristina Barbosa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3221915018

CAPÍTULO 9 86

NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO POSSÍVEL PARA A PRÁTICA DOCENTE

Leandra da Silva Santos

Edivânia Paula Gomes de Freitas

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.3221915019

CAPÍTULO 10 95

LER, JOGAR E ESCREVER: SINALIZANDO ESTRATÉGIAS PARA ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro

Celeste Azulay Kelman

Maria Vitória Campos Mamede Maia

DOI 10.22533/at.ed.32219150110

CAPÍTULO 11 106

O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA?

Paulo Roberto Brancatti

Renata Portela Rinaldi

DOI 10.22533/at.ed.32219150111

CAPÍTULO 12 117

O TRABALHO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): CAMINHANDO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Daniela Santos Alves de Lima

Viviane França Lins

Rafaella Asfora Lima

DOI 10.22533/at.ed.32219150112

CAPÍTULO 13 125

OS ENTRAVES DA INCLUSÃO: LEITURA E PRODUÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

Lídia Maria da Silva Santos

Pâmela dos Santos Rocha

Shirley de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150113

CAPÍTULO 14 134

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUANTO A INCLUSÃO DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS, NUMA MESMA SALA DE AULA NO ENSINO DA EJA

Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas

Maria José Guerra

DOI 10.22533/at.ed.32219150114

CAPÍTULO 15	145
REFLETINDO ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA A PARTIR DAS FALAS DOS PRÓPRIOS ESTUDANTES	
<i>Tereza Cristina Bastos Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150115	
CAPÍTULO 16	156
A INCLUSÃO DE DIFERENTES GRUPOS MEDIADA PELO ESPORTE NO PROGRAMA LABORATÓRIO PEDAGÓGICO DE SAÚDE, ESPORTE E LAZER DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARÁIBA	
<i>Ana Vitória Guerra Nunes</i>	
<i>Anny Sionara Moura Lima Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150116	
CAPÍTULO 17	164
ZONA RURAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PROTAGONIZANDO A INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Edileuza Francisca da Silva Mesquita</i>	
<i>Acleylton Costa</i>	
<i>Arségila Sandra Ferreira das Neves</i>	
<i>René Armando Flores Castillo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150117	
CAPÍTULO 18	172
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E OS PROBLEMAS EMOCIONAIS E DE CONDUTA NA SALA DE AULA	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150118	
CAPÍTULO 19	184
O GATO QUE GOSTAVA DE CENOURA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NO COMBATE AO PRECONCEITO	
<i>Francisco Leandro de Assis Neto</i>	
<i>Gracielle Malheiro dos Santos</i>	
<i>Cleyton César Souto Silva</i>	
<i>Leonídia Aparecida Pereira da Silva</i>	
<i>Liliane Lima de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150119	
CAPÍTULO 20	193
SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Ana Paula Lima Carneiro</i>	
<i>Ananeri Vieira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32219150120	
CAPÍTULO 21	206
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: AS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO AO AEE DAS ESCOLAS RURAIS DE CRUZEIRO DO SUL/AC	
<i>Francisca Adma de Oliveira Martins</i>	
<i>Deolinda Maria Soares de Carvalho</i>	
<i>Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto</i>	
<i>Nayra Suelen de Oliveira Martins</i>	

DOI 10.22533/at.ed.32219150121

CAPÍTULO 22 216

CULTURA LETRADA E TDICS: ANÁLISES NA GENERALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Edgard Leitão de Albuquerque Neto

DOI 10.22533/at.ed.32219150122

CAPÍTULO 23 224

PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DE DISCENTES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Thelma Helena Costa Chahini

Sadao Omote

DOI 10.22533/at.ed.32219150123

CAPÍTULO 24 236

A CARTA ABERTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOCIAL: RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE PRODUÇÃO ESCRITA NA EJA

Lidiane Moreira Silva de Brito

Laurênia Souto Sales

Marluce Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32219150124

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 247

O TRABALHO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): CAMINHANDO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Daniela Santos Alves de Lima

Universidade Federal de Pernambuco

Viviane França Lins

Universidade Federal de Pernambuco

Rafaella Asfora Lima

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar o trabalho do profissional da Sala de Recursos Multifuncionais para pessoas com necessidades educacionais específicas à luz da legislação da educação inclusiva. Pretende-se analisar se os direitos dessas pessoas estão garantidos conforme instituídos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015) que ressaltam a garantia do acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência no ensino regular. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo realizada em uma escola da rede Municipal do Recife com uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais. Para a coleta dos dados será realizada uma entrevista semi-estruturada, contendo questões sobre a prática no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e parceria com o professor de sala de aula comum. Os resultados apontam que apesar da prática do professor do AEE está

sob o alicerce da legislação discutida neste artigo, a inclusão educacional ainda é uma questão que precisa ser discutida e vivenciada em sua totalidade nas escolas por meio de uma reestruturação das escolas em sentido amplo. **PALAVRAS-CHAVE:** Atendimento Educacional Especializado; pessoas com necessidades educacionais específicas, legislação; educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretendeu discutir sobre o Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência na Sala de Recursos Multifuncionais à luz da legislação. Será analisado se essa sala assegura para essas crianças, a partir da concepção docente, as condições para que participem efetivamente dos processos educacionais inclusivos, no intuito de minimizar alguns mecanismos de segregação na escola.

O Atendimento Educacional Especializado tem o intuito de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a participação dos alunos considerando as suas especificidades, tendo em vista que nas Salas de Recursos Multifuncionais existem salas do tipo 1 e

2, as salas do tipo 2 contém os mesmos recursos que a do tipo 1 no entanto, são acrescentados recursos para alunos com deficiência visual (BRASIL, 2010). As atividades desenvolvidas nessa sala são diferenciadas daquelas realizadas na sala de aula comum, são atividades complementares ou suplementares. O AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dessas crianças, sendo realizado com a atuação de profissionais com conhecimentos específicos na área de educação especial. Esse atendimento é realizado no contra turno ao do ensino regular onde a criança está incluída, ele não substitui o ensino regular, ele é uma modalidade de ensino. Para isso, vemos que

o Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

Considerando tal função é necessário pensar em práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as diferenças contempladas, favorecendo a inclusão dessas pessoas com deficiência e o atendimento às suas especificidades na sala de recursos multifuncionais.

Apesar de a LDB destacar desde a década de 90 em seu Art. 59 que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996), ainda é possível observar lacunas na escola quando nos referimos ao acesso, permanência, participação e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais específicas pois, sua permanência e aprendizagem requer adequações curriculares, arquitetônicas e pedagógicas, professores capacitados e em constante formação, algo que ainda é complexo visto a realidade escolar que vivemos. Neste sentido, a LBI avança ao propor o

Art. 28. II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; (LBI, 2015, p.34)

Assim, um dos princípios da LBI (2015) que orienta o ensino para a escola inclusiva propõe o “acesso, permanência, participação e aprendizagem”. É preciso que as escolas realizem ações inclusivas pautadas nas diretrizes da legislação nacional que defende a inclusão enquanto direito humano para todas as pessoas. O direito à educação para todos já consta desde a redemocratização do país com a construção da Constituição de 1988 que defende

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Sob o paradigma da educação inclusiva e com base na LBI (2015) as escolas necessitam de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender aos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade. A participação efetiva desses sujeitos no meio educativo e igualitário conta com a equipe docente, onde o professor atua como peça fundamental nesta inclusão, desempenhando o papel de minimizar as barreiras de aprendizagem e garantir o aprendizado. Assim, além do professor de sala de aula comum, há o professor que atua no AEE, que é especialista com

[...] uma formação específica (graduação pedagogia, ou até mesmo uma pós-graduação se especializando na área) visando atender todos os objetivos da educação especial, para que seja centrada no potencial de cada aluno, e assim poder melhor atendê-los. (FURLAN, 2014, p. 27)

Um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é a formação de professores, mas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o apoio de outros profissionais e a família, favorecendo a educação inclusiva. Além dessa formação pedagógica, que é essencial para fundamentação teórico metodológica na elaboração das atividades, compreendemos que o professor precisa ter disponibilidade e motivação para fazer diferente, embora se ressalte que a inclusão não é de responsabilidade única do professor.

É importante frisar que o simples acesso das crianças com necessidades educacionais específicas a classes regulares não significa de fato que houve inclusão, pois mesmo que essas crianças frequentem salas de aula regulares ainda podem sentir-se excluídas (FURLAN, 2014). A escola precisa nortear suas ações através dos documentos que assegurem a inclusão e inserir as crianças com deficiência no contexto do ensino regular de forma efetiva e, assim, garantir a essas pessoas que seus direitos sejam efetivados, conforme a legislação propõe que

a concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais (BRASIL, 2010, p.8).

É fundamental que haja parceria da escola e todos os seus agentes num

comprometimento com a inclusão para que todos tenham oportunidades de desenvolvimento relacional e pedagógico de forma horizontalizada.

Nessa perspectiva, a educação especial na forma de AEE passará a estabelecer uma proposta pedagógica de complementar ou suplementar o ensino, para atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Com isso, o AEE surge como forma de garantir a escolarização das pessoas com deficiência no ensino regular e não mais em instituições ou escolas especializadas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o acesso, a aprendizagem e a participação desses estudantes. Sendo assim

o conceito de escola inclusiva, [...] implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade. (GLAT, FERNANDES, 2005. p.4)

Ou seja, prioriza-se dar oportunidades iguais a todos, em específico aqui, as pessoas com deficiência para que tenham serviços educacionais que ofereçam apoio adequado em sala de aula e no ambiente escolar com um todo, a fim de prepará-los para uma vida em sociedade com autonomia e dignidade.

Assim, a educação inclusiva significa pensar na possibilidade de uma escola que promova o acesso e permanência de todos os alunos e que a discriminação seja substituída por procedimentos de identificação e remoção de barreiras (GLAT e BLANCO, 2007).

METODOLOGIA

Para executar essa pesquisa de natureza qualitativa, na qual, procuramos “[...] entender os fenômenos, segundo a perspectiva da professora participante e a partir disso, situar sua interpretação a partir dos fenômenos estudados”. (NEVES, 1996, p.1) Foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma professora graduada em Pedagogia e especialista em Educação Especial. A sua fala foi analisada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A docente trabalha na Prefeitura há muitos anos, sendo que especificamente trabalha há 15 anos na Educação Especial. A professora tem curso de tiflogia e atualmente o foco de sua atuação é na deficiência múltipla.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa se deu pelo interesse em observar se a prática do Atendimento Educacional Especializado oferece um trabalho que complementa ou suplementa a

aprendizagem do aluno deficiência no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que o atendimento para crianças com necessidades educacionais específicas não poderá ser realizado de maneira substitutiva ao ensino regular, mas no contra turno podendo complementar ou suplementar a formação dos mesmos. Sendo assim, a professora afirma que

Cada aluno é atendido individualmente e em pequenos grupos por cerca de uma hora. O AEE é no contra turno das aulas dos alunos.

No percurso desta inclusão educacional, a sala de recursos multifuncionais dispõe do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de elaborar atividades pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento das habilidades não só escolares, como também motoras, cognitivas, afetivas e sociais, que até então eram inacessíveis às especificidades destes alunos, tendo estes, participação plena que ocorre no turno inverso ao que o aluno está matriculado.

As atividades pedagógicas que favoreçam a inclusão do aluno precisam oportunizar condições de acesso equitativo, em relação aos outros alunos do ensino regular, e contribuem para uma formação autônoma e independente do sujeito vivenciada dentro e fora do âmbito escolar. Sobre as atividades que foram desenvolvidas com os alunos, a professora afirma que

Eles realizam atividades individuais do tipo: estimulação do contato com o outro, aceitabilidade do toque e do olhar, o abraço, o beijo e gestos, trabalhar com figuras, imagens estimulando a interação social e a comunicação, dançar, cantar, pintar, desenhar de forma livre e espontânea, manusear objetos, seleção de objetos, brinquedos de acordo com sua funcionalidade, estímulo através de comando, estimular a autonomia no espaço escolar identificando a Sala de Recursos Multifuncionais, a sala regular, a sala de leitura, o parque, o refeitório, atividades lúdicas, quebra-cabeças e memória. Sim, cada atividade é específica e personalizada. E sim, é necessário que cada criança tenha um planejamento individualizado.

Diante disso foi visto que na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) destaca que as atividades na SRMF se diferenciam das atividades da sala de aula comum. Sobre o planejamento individualizado a LBI (2015) alega “a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência”. Ou seja, importa também desenvolver um plano de trabalho individualizado para atender a especificidade de cada um.

Com relação ao ensino e aprendizagem sabe-se que existem diversos recursos que auxiliam os alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), desde jogos e materiais adaptados até softwares. É importante conhecer o aluno e selecionar o que é benéfico e singular para cada criança em atendimento. Esses recursos didáticos, materiais e atividades planejadas entre o professor de sala de aula e o

profissional do AEE é fundamental para colaborar no processo de inclusão, pois atenderá as necessidades de cada aluno, fomentando seu pleno desenvolvimento. Trata-se de flexibilizar o currículo, adequar à necessidade dessas crianças, analisar em que se baseiam as adequações, os materiais e os conteúdos que atendem a eles. Com relação ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem desses alunos da sala de AEE, a professora nos diz que

Há um crescimento por parte dos alunos, porém de forma gradativa, necessitando sempre de uma intervenção no trabalho.

Por um lado, quando se afirma que é “gradativo”, pode-se questionar se não é “gradativo” para qualquer criança e que todas elas necessitam de intervenção, tendo NEE ou não. Com relação à intervenção do professor, destacamos que na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (2008) o AEE deve estar organizado para apoiar o desenvolvimento desses alunos na escola.

Ainda com relação às adequações, estas não deverão ser elaboradas a partir da deficiência, mas do repertório de conhecimentos e potencialidades desses alunos. A escola precisa estar em constante ação para aproximar o diálogo com os pais, explicar como são definidos os conteúdos que serão trabalhados e como ocorrerá essa prática na sala de aula. Esta prática exigirá diálogos constantes entre os professores de AEE e professores do ensino regular sendo necessário planejar de forma coletiva e contar com a parceria da família. O diálogo entre os profissionais é de suma importância a fim de contribuir para o progresso de cada criança. Sobre essa questão, a professora ressalta que

sempre que há oportunidade, troco ideias com a professora da sala regular para auxiliar o aluno em outro ambiente que também lhe favorece, sendo este, sua sala de aula.

Sendo assim é importante que professores de ensino regular e do AEE, juntos, tracem objetivos que contribuam com o desenvolvimento integral da criança. A Política Nacional de Educação Especial (2008) propõe que é necessária a articulação entre a Educação Especial e o ensino regular, uma vez que os professores de ensino regular necessitam de orientações para como lidar com esses alunos que tem peculiaridades e com ajuda do professor do AEE reduzir as barreiras à aprendizagem.

Reconhecemos que é necessário melhorar as condições de trabalho dos professores, que ao trabalhar em parceria com os profissionais da sala de recursos multifuncionais e a família desses alunos, o progresso é notável. Soluções coletivas é de fato, a solução viável. O professor do AEE tem um papel fundamental no desenvolvimento dessas crianças com necessidades educacionais específicas como pode ser observado na fala da professora

nós desenvolvemos vários papéis, como mediador entre a família e a escola, orientador, media a ação junto com professor do ensino regular nas reais necessidades dos estudantes e suas adequações, orienta a escola desde o porteiro até a merendeira na questão social e acessibilidade e informações referentes a adequações que deverão ser realizadas na escola, participa do P.P.P para que a escola se constitua como escola de Educação Inclusiva, estabelece uma relação com o coordenador pedagógico para delinear as funções, atende os estudantes no contra turno de acordo com as suas necessidades, socializa os seus conhecimentos com a família ou na escola em geral, estabelece um contato com a saúde para melhor atender o estudante: fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista, oftalmologista, participa das formações, tem que estar sempre se renovando e se apropriando de novos conhecimentos, o Atendimento Educacional Especializado tem a função de ajudar a questão do resgate da autoestima, da interação com escola e colegas, fazer as adaptações, transcrever textos se necessário for necessário para alunos que possuem necessidades visuais.

O Manual de Orientação: Programa de Implementação de Sala de Recursos Multinacionais (2010) destaca essas atribuições que a professora citou acima, além dessas verificamos que há outras como

definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular (BRASIL. 2010, p. 8).

Já sobre a acessibilidade na sala e na escola para os alunos com deficiência a fim de promover o desenvolvimento escolar, social e cultural desses alunos, a professora do AEE diz que

Atualmente, a sala de recursos possui acessibilidade para os alunos com todas as necessidades, com rampas e piso estruturado e alinhado, com um banheiro específicos e todo suporte adequado. (Rosa)

No documento da Política Nacional de Educação Especial (2008) destaca-se que os prédios escolares devem ter acessibilidade para que sejam atendidas as necessidades reais desses estudantes que possuem deficiência. Sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência é um grande desafio e que a caminhada para a verdadeira inclusão vem gerando mudanças na qual reconhecemos que se trata de um trabalho em equipe e que depende de vários aspectos de ordem política, social, educacional, dentre outros, não se configurando como um processo simples, pois é uma mudança de concepção e valores na sociedade.

CONCLUSÃO

Apesar de muitos professores de escolas regulares já terem vivenciado

experiências de ensino e aprendizagem com crianças com deficiência, muitos deles ainda discutem como incluir essas crianças para que realizem atividades pedagógicas como as demais da sala de aula, no entanto, apesar da boa vontade de muitos e dos diversos estudos científicos que contribuem para a efetivação da inclusão dessas pessoas, tem-se a dificuldade em compreender o processo de como acontece a inclusão e compreender as especificidades dos estudantes.

Partindo disso, destacamos que o Atendimento Educacional Especializado auxilia no desenvolvimento de crianças com deficiência no ambiente escolar, através do desenvolvimento e atividades adequadas para elas, regidas por documentos que por lei garantem a inclusão dessas pessoas na escola de acordo com suas peculiaridades. Vemos que as crianças com deficiência necessitam de estímulos pedagógicos que estimulem suas potencialidades. Dessa forma, ressaltamos a importância da Sala de Recursos Multifuncionais na escola já que quando está apoiada nos documentos que favorecem a inclusão, resulta na diminuição de barreiras do fenômeno social chamado exclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

FURLAN, Ana Maria da Silva **Metodos e Tecnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais- Atendimento Educacional Especializado** MEDIANEIRA 2014

BRASIL, Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Capítulo V da Educação Especial, 20 de dezembro de 1996

MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. 2008.

BRASIL. MEC. SEESP. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010a.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: . Acesso em: 20 de Agosto 2018.

PRIOSTE, C. RAÇA, D. MACHADO, M. **Qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva?** São Paulo: Avercamp, 2006.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Faculdade de Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Artigo publicado na Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/ SEESP.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-032-2

